



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ

ATA

2ª REUNIÃO CGPD: Apresentação dos grupos

Data: 13/04/2021

Realizada remotamente por meio do aplicativo Teams, no horário de 10:32 a 13:51

Presentes os seguintes participantes, integrantes do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais – CGPD:

| Participantes | Cargo e Unidade | Função no Comitê |
|--|----------------------------------|-------------------------|
| Antonio Fausto Viana Junior | Diretor do Nugep | Membro |
| Alex Sousa Rocha | Diretor do Nucad | Membro |
| Bruno Alexandre Soares Prestes | Supervisor da Sesis em exercício | Membro interino |
| Gilvana Maria Castelo Tourinho de Barros | Encarregada da Cebib | Convidada |
| Igor Alex Machado Pereira | Supervisor da Sebes | Membro |
| Jimmy Anderson Costa da Trindade | Supervisor da Seint | Membro |
| Maurício Pinheiro de Santana | Diretor do Nucju | Membro |
| Paulo Nazareno Lagoia Fonseca Júnior | Diretor no Nutec | Membro |
| Teciane de Oliveira Dias | Encarregada do Setgov | Membro |

A abertura da 2ª reunião do grupo de trabalho foi feita pelo diretor do Núcleo de Gestão de Pessoas-Nugep, Antônio Fausto Viana Júnior, o qual ressaltou que a explanação seria focada na lei, por ser um instrumento basilador o assunto, e passou a palavra ao servidor Alex Sousa Rocha para uma apresentação geral, que mostrou um resumo sobre a LGPD, Lei 13.709/2018, com a redação da Lei 13.853/2019, explicando os seguintes tópicos da Lei: O tratamento dos dados pessoais, objetivos, os fundamentos, a aplicabilidade, as definições, os princípios do tratamento dos dados pessoais, os requisitos para o tratamento de dados e sobre o consentimento. Em seguida o servidor Fausto Viana teceu alguns

comentários sobre a lei, pontuando que o principal objetivo da lei é proteger os direitos fundamentais, ressaltando a importância do tratamento dos dados pessoais sensíveis, falando também sobre os agentes de tratamento de dados (controlador e operador) e explanando sobre o ciclo de vida dos dados. Em seguida, o servidor Maurício Santana falou sobre alguns tópicos relevantes da lei, apontando sobre os normativos que devem ser observados, destacando que a seu ver, os itens sobre segurança e governança são os tópicos mais importantes da lei, ressaltando que além da lei que trata da LGPD, outras Normas tratam sobre o assunto: a Resolução CNJ 363, que fixa algumas diretrizes relativas à implementação da lei; a Recomendação CNJ n. 73/2020; a Portaria do TRF1; a Nota Técnica 01/ 2019 do Instituto Rui Barbosa; a Lei de transparência e a Lei de acesso à informação. A servidora Teciane Dias falou sobre o Guia de Boas Práticas para a implementação da LGPD na Administração Pública Federal, elaborado por uma equipe multidisciplinar do Poder Executivo, a privacidade dos dados pessoais do cidadão e sobre a promoção de ações de conscientização à privacidade, trabalhando os conceitos sobre o controlador, o operador e o encarregado, falou também sobre as hipóteses legais de tratamento de dados, os direitos do titular, o exercício dos direitos, a tipologia dos dados, a servidora destacou que a implantação dessa lei envolve uma transformação cultural. A seguir, o servidor Jimmy Trindade apresentou informações sobre como realizar o tratamento dos dados pessoais, os princípios fundamentais específicos e as hipóteses de tratamento aplicáveis e sobre a verificação de conformidade do tratamento de dados quanto aos princípios da LGPD, as especificidades para o tratamento de dados de crianças e adolescentes e sobre a coleta, que é a operação inicial de tratamento dos dados pessoais, a anonimização e a pseudonimização, a publicidade. Coube ao servidor Paulo Fonseca tratar sobre o relatório de impacto à proteção de dados pessoais, que é um documento do controlador que vai avaliar de forma geral como os dados estão sendo tratados; tendo que explicar qual a metodologia de segurança para proteger estes dados, o servidor chamou a atenção ao princípio da responsabilização, constante na LGPD. Sobre o relatório, o servidor falou sobre a estrutura mínima e etapas para elaboração; finalizando as etapas para a elaboração do RIPD, o servidor abordou sobre os riscos referentes ao tratamento dos dados pessoais, apresentando uma tabela relacionando os riscos aos níveis de risco e definindo controles ou medidas para reduzir os riscos. A reunião foi encerrada sem completar a explanação do último grupo devido ao avançado da hora e todos concordaram em marcar uma próxima reunião para o término da explanação. Nada foi colocado em pauta nessa reunião.

Assinatura dos participantes:



Documento assinado eletronicamente por **Teciane de Oliveira Dias, Membro de Comitê**, em 02/07/2021, às 16:05 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alex Sousa Rocha, Diretor(a) de Núcleo**, em 02/07/2021, às 16:44 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Pinheiro de Santana, Diretor(a) de Núcleo**, em 05/07/2021, às 11:28 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Fausto Viana Junior, Analista Judiciário**, em 05/07/2021, às 16:27 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Nazareno Lagoia Fonseca Junior, Analista Judiciário**, em 05/07/2021, às 22:24 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Igor Alex Machado Pereira, Supervisor(a) de Seção**, em 07/07/2021, às 16:42 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gilvana Maria Castelo Tourinho de Barros, Analista Judiciário**, em 07/07/2021, às 17:46 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jimmy Anderson Costa da Trindade, Supervisor(a) de Seção**, em 09/07/2021, às 14:09 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Alexandre Soares Prestes, Técnico Judiciário**, em 14/07/2021, às 11:10 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **13342726** e o código CRC **DB7DEC99**.

Rodovia Norte-Sul, s/n - Bairro Infraero II - CEP 68908-911 - Macapá - AP - www.trf1.jus.br/sjap/

0000593-76.2021.4.01.8003

13342726v6